

Semântica vs. Pragmática na História da Linguística Brasileira: Debate e Retórica de Ruptura

Semantics vs. Pragmatics in the history of brazilian linguistics: debate and rhetoric of rupture

Ronaldo de Oliveira Batista*

*Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM, São Paulo – SP,
e-mail: ronaldo.obatista@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa um debate na linguística brasileira ocorrido na década de 1980 entre os linguistas Rodolfo Ilari e Kanavillil Rajagopalan. Esse debate colocou em destaque limites e alcances de abordagens semânticas e pragmáticas para o estudo de fenômenos linguísticos, evidenciando, assim, momentos de ruptura teórica e metodológica na história da linguística no Brasil. A análise proposta será realizada por meio da observação de retóricas (tal como compreendidas nos estudos da Historiografia da Linguística) adotadas por linguistas em situações de confronto teórico e metodológico. Apresenta-se em perspectiva interpretativa de que modo se deu, em um momento da história da linguística brasileira, uma divergência teórico-metodológica nos domínios de estudos do significado e da significação. Essa divergência estabeleceu pontos de conflito em relação a objetos teóricos de análise, evidenciados por meio de retóricas dos linguistas que ressaltaram a oposição e a ruptura científica. Descontinuidades, enfim, no processo de implantação e desenvolvimento de teorias e métodos no âmbito da ciência da linguagem praticada na comunidade brasileira de pesquisa linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística, Retórica, Linguística Brasileira

ABSTRACT: This article analyzes a debate in Brazilian linguistics that took place in the 1980s between linguists Rodolfo Ilari and Kanavillil Rajagopalan. This debate highlighted the limits and scope of semantic and pragmatic approaches to the study of linguistic phenomena, thus evidencing moments of theoretical and methodological rupture in the history of Brazilian linguistics. The proposed analysis will be carried out through the observation of rhetoric (as understood in the studies of the Historiography of Linguistics) adopted by linguists in situations of theoretical and methodological confrontation. It is presented in an interpretive perspective how, at a moment in the history of Brazilian linguistics, there was a theoretical-methodological divergence in the domains of studies of meaning and signification. This divergence established points of conflict in relation to theoretical objects of analysis, evidenced by the rhetoric of the linguists who emphasized the opposition and the scientific rupture. Finally, discontinuities in the process of implantation and development of theories and methods in the field of language science practiced in the Brazilian community of linguistic research.

KEYWORDS: Historiography of Linguistics, Rhetoric, Brazilian Linguistics

Este artigo tem por objetivo analisar historiograficamente um debate¹ na linguística brasileira ocorrido na década de 1980 entre Rodolfo Ilari e Kanavillil Rajagopalan. Esse debate colocou em destaque limites e alcances de abordagens semânticas e pragmáticas para o estudo de fenômenos linguísticos, evidenciando, assim, momentos de ruptura teórica e metodológica na história da linguística no Brasil. A análise proposta será realizada por meio da observação de retóricas (tal como compreendidas nos estudos da Historiografia da Linguística) adotadas por linguistas em situações de confronto teórico e metodológico².

A questão fundamental é apresentar de que modo se deu, em um momento da história da linguística brasileira, uma divergência teórico-metodológica nos domínios de estudos do significado e da significação. Essa divergência estabeleceu pontos de conflito em relação a objetos teóricos de análise, evidenciados por meio de retóricas dos linguistas que ressaltaram a oposição e a ruptura científica. Descontinuidades, enfim, no processo de implantação e desenvolvimento de teorias e métodos no âmbito da ciência da linguagem praticada na comunidade brasileira de pesquisa linguística.

Em 1987, o semanticista Rodolfo Ilari e o pragmaticista Kanavillil Rajagopalan debateram a respeito de interpretações de enunciados ditos contraditórios e suas possibilidades explicativas dentro de quadros teóricos específicos³. Esse debate se deu nas páginas do periódico *Cadernos de Estudos Linguísticos*, no mesmo número 13, de 1987⁴.

De uma primeira reflexão, sob a ótica da semântica (em vertente formal), por Ilari para uma análise de construções simétricas e orações equacionais em língua portuguesa,

¹ A justificar a escolha pela análise de debates: a) “Em contextos de delimitações teóricas, que, enfatizamos, não precisam necessariamente ser conceituadas como ‘lutas’, os debates têm papel poderoso, porque neles se esclarecem as diferenças.” (PIRES DE OLIVEIRA, 1999, p. 301); b) Para Ruben (1995), os debates são importantes porque atuam como eventos na corrente histórica que evidenciam a dinâmica de construção de conhecimentos, os quais podem se cristalizar e, assim, virar história.

² Debates na história da linguística são objeto de observação privilegiado de alguns pesquisadores, v., por exemplo, Batista (2017a), Ruben (1995), Pires de Oliveira (1999).

³ De fato, o confronto de ideias ocorreu em duas diferentes publicações, pois o primeiro texto do debate, motivador da discussão e do confronto de ideias, foi publicado em 1983 por Ilari no periódico *Ensaio de Linguística* (n. 9, p. 94-120).

⁴ ILARI, Rodolfo. Dos problemas de imperfeita simetria. *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 13, p. 49-65, 1987a; RAJAGOPALAN, Kanavillil. Quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 13, p. 67-96, 1987; ILARI, Rodolfo. O que fazer quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 13, p. 97-103, 1987b. O primeiro texto do debate (ILARI, 1987a) foi republicado em *Cadernos de estudos linguísticos*, tendo em vista, segundo os editores, uma melhor compreensão da discussão por parte dos leitores.

segiu-se uma réplica de Rajagopalan, introduzindo o ponto de vista da pragmática. Ilari fez a sua tréplica, encerrando o debate.

A análise aqui proposta observa especialmente a retórica de ruptura adotada pelos linguistas em meio a delimitações dos domínios teóricos e metodológicos da semântica e da pragmática. Na sequência deste texto, em primeiro lugar delimitamos de que modo se compreende em *Historiografia da Linguística* as retóricas dos linguistas. Em seguida, os debates são analisados, apenas em uma perspectiva introdutória (que deverá ser ampliada em trabalhos de maior extensão) por meio de fragmentos selecionados dos textos publicados, tendo em vista também seu contexto social e histórico de ocorrência. Uma conclusão procura destacar de que modo uma análise das retóricas dos linguistas pode contribuir para a elaboração de narrativas interpretativas de episódios da história do conhecimento sobre a linguagem.

LINGUÍSTICA E A RETÓRICA DOS LINGUISTAS⁵

O objeto analítico deste artigo, como já afirmado, são as retóricas empregadas por linguistas em situação de debate, confronto e controvérsias. Essas retóricas são compreendidas em *Historiografia da Linguística*⁶ como manifestações linguístico-discursivas de natureza persuasiva de um agente da produção ou recepção de estudos sobre línguas e linguagem, circunscrito a um programa de investigação (SWIGGERS, 2004) e a um grupo de especialidade (MURRAY, 1994).

Analisar o papel da retórica na legitimação de ideias linguísticas é tarefa a ser executada, em *Historiografia da Linguística*, em meio aos procedimentos analíticos das fases heurística e hermenêutica (SWIGGERS, 2004, 2017), considerando que o objeto de análise será abordado a partir de um quadro sociorretórico, por meio do qual se procura analisar os discursos em busca de convencimento e persuasão de um agente produtor, divulgador ou, ainda, receptor de conhecimento inserido num contexto histórico. Interessam a esse quadro: a) compreender como se constrói a legitimidade de um saber

⁵ Esta seção do artigo retoma considerações teórico-metodológicas presentes em Batista (2015, 2016). Para uma abordagem mais detalhada a respeito da retórica dos linguistas remetemos os leitores a esses textos.

⁶ A *Historiografia da Linguística* é um campo que se propõe a analisar e interpretar a formação, elaboração e desenvolvimento do conhecimento sobre a linguagem empreendido em diferentes recortes temporais; seu objeto de estudo são etapas da história da linguística. Para uma apresentação à área v. ALTMAN (1998, 2012), ALTMAN e BATISTA, org. (2012), BATISTA (2013, 2017b), KOERNER (2014), SWIGGERS (2004, 2006, 2017).

por meio do discurso adotado por agentes da produção e recepção de ideias linguísticas; b) analisar recursos linguísticos e argumentativos utilizados na elaboração de retóricas de ruptura (ou de continuidade); c) interpretar os saberes, e o discurso que veicula esses saberes, em sua circunscrição histórica, social e ideológica.

Esse quadro sociorretórico de análise se configura por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: a) contextualização da retórica em um domínio histórico e social; b) análise da retórica, que compreende as seguintes etapas: (i) análise das provas e argumentos que sustentam posicionamentos discursivos e estratégias argumentativas empregadas; (ii) análise da configuração lexical e gramatical da retórica, com a observação da estrutura textual que veicula posicionamentos argumentativos adotados; nessa etapa também são analisadas as redes de interlocução intertextual, os implícitos, os empregos de figuras de linguagem, entre outros elementos de caráter discursivo-textual; c) relação da retórica com seu ambiente de circulação e recepção, seus gêneros de divulgação e modos de interação que estabelece entre sujeitos do discurso retórico e seus interlocutores; analisam-se nessa etapa também os resultados da retórica empregada: obteve continuidade ou foi rejeitada?; de que modo a retórica se colocou de fato como parte da construção de uma dinâmica histórica e social de um campo de saber?

Essas três etapas relacionam em termos de circularidade analítica os fatores internos e externos propostos pelo quadro sociorretórico e serão elas os eixos metodológicos que permitirão, neste artigo, interpretações a respeito da elaboração, circulação e recepção das retóricas como discursos persuasivos na produção do conhecimento sobre a linguagem tal como presente no debate entre Ilari e Rajagopalan na década de 1980.

Nesta análise, recorta-se um aspecto específico do debate. Não se esgotam, assim, possibilidades de interpretação dos dados, das explicações e dos posicionamentos dos dois linguistas. Nosso interesse principal é evidenciar a retórica empregada, demonstrando como a ciência é permeada de discussões e legitimações assumidas como válidas. Para isso, o principal interesse aqui está em realçar como fronteiras e limites entre semântica (em sua vertente formal) e pragmática se colocaram como eixos norteadores do debate, que sem dúvida estabelece outras, e paralelas, questões a serem examinadas em trabalhos futuros.

SEMÂNTICA vs. PRAGMÁTICA EM DEBATE NA LINGUÍSTICA BRASILEIRA

Na sua interpretação de movimentos de unificação e diversificação na linguística brasileira, Altman (1998) aponta como processos descontínuos no ensino e pesquisa em linguística polarizações entre análises formais e não formais. Nessa tensão entre pontos de vista para o exame de objetos analíticos, pode-se situar uma extensa discussão a respeito dos limites e alcances das abordagens semântica e pragmática.

Essa discussão relaciona-se a escolhas de objetivos de análise, que acabam por delimitar os próprios objetos dessa análise. Um objeto é elaborado cientificamente a partir de pressupostos e hipóteses que orientam perspectivas observacionais sobre o objeto a ser investigado.

Nesse sentido, haverá diferentes objetos teóricos quanto houver diferentes objetivos de análise. De um mesmo objeto observacional (a linguagem e seus fenômenos) surgirão diferentes objetos teóricos, definidos por posicionamentos específicos em termos de teoria e método. Esses posicionamentos, cabe sempre lembrar, são históricos e estão, portanto, em constante transformação diante de modos diversos de conceber a prática científica ao longo dos tempos⁷.

No debate entre semântica e pragmática, em sua configuração ao longo da história da linguística⁸, a extensão do objeto observacional é um ponto crucial. A discussão de modo geral se dá por meio da escolha da incorporação ou não de elementos extralinguísticos na análise do significado e da significação nas línguas naturais. Há um limite para o objeto observacional? Esse limite barra o falante, suas intenções e seus contextos comunicativos imediatos? Do alargamento ou não desses limites, o objeto observacional vai se delimitando, e a concepção teórica adotada vai definir suas categorias de análise e estabelecer, desse modo, seu objeto teórico.⁹

⁷ “É sabido, à luz da historiografia da ciência, que tanto a concepção do ‘fazer ciência’ em geral, como a concepção do objeto e dos métodos de cada ciência particular estão em constante evolução histórica. Quer se conceba tal evolução como linear e cumulativa, quer como uma sucessão de *revoluções científicas* (como proposto por Thomas Kuhn), é claro que não se pode tomar por fixo o conceito de ciência, tampouco a caracterização do objeto de cada ciência. Por conseguinte, também as oposições *ciência vs. não ciência* e *núcleo vs. periferia* em cada área variam historicamente.” (BORGES Neto, 2004, p. 33)

⁸ “Assistimos, ao longo da história recente dessas disciplinas, não apenas várias tentativas de apreender em que consistiriam os seus domínios, mas inúmeras discussões, inclusive sobre o que exatamente constitui o objeto de uma ou outra, já que parece nem mesmo haver clareza sobre se de fato se trata de objetos teóricos essencialmente distintos.” (PIRES DE OLIVEIRA; BASSO, 2007, p. 3)

⁹ “Teorias diferentes podem construir objetos teóricos distintos sobre um objeto observacional que é supostamente o mesmo, bastando para isso reconhecer entidades básicas, predicados e relações diferentes no objeto observacional.” (BORGES Neto, 2004, p. 37)

“Se ignorarmos momentaneamente as eventuais diferenças de *extensão* dos objetos observacionais, e considerarmos que todas as teorias linguísticas delimitam o mesmo objeto observacional, encontraremos as razões da diversidade teórica nas divergências metodológicas e ontológicas que certamente ocorrerão quando da passagem do objeto observacional para o objeto teórico.” (BORGES Neto, 2004, p. 38)

Semântica¹⁰ (em sua vertente formal¹¹) e pragmática¹² estariam diante de um objeto observacional – o significado linguístico – delimitado de modos diversos em sua extensão, relacionados estes à apropriação analítica de elementos do uso linguístico enunciativamente realizados ou à imanência do significado, considerado no nível proposicional e abordado por meio de um instrumental analítico próximo da linguagem da lógica e de uma sintaxe de feição formal¹³.

A distinção de limites e convergências entre os estudos semânticos e pragmáticos, como campos que abordam o significado linguístico, rendeu uma extensa literatura na ciência da linguagem. Não à toa, como apontam Pires de Oliveira e Basso (2007), é frequente a nomeação das áreas por meio de uma barra a limitar e indicar convergências e rupturas: semântica/pragmática.

Numa perspectiva de rupturas e oposições, a semântica estaria próxima da sintaxe, relacionada a um cálculo computacional para apreensão de significados da língua. Já a pragmática estaria distante de uma ciência dita natural, pois envolveria intenções de falantes circunscritos em um universo social e cultural. Também nessa perspectiva, seria possível lançar mão da noção de contexto (entendido como entorno comunicativo em que se desenrola a interação verbal, em outras palavras ele diz respeito à situação de comunicação): a semântica não depende de informações contextuais para a interpretação do significado, enquanto a pragmática sim, e nesse caso esses fatores contextuais são decisivos para interpretações a respeito da produção e transmissão de significados.

¹⁰ “A semântica formal floresce com o crescimento do gerativismo e por suas próprias pernas, repetindo um movimento internacional – a análise formal do significado nas línguas naturais nasce sob a influência da tese de Chomsky de que as línguas naturais podem ser descritas como sistemas formais, mas, graças à própria tradição lógico-filosófica descendente de Gottlob Frege, e que conta entre tantos outros com o trabalho de Richard Montague, ela ganha autonomia da sintaxe chomskiana.” (PIRES DE OLIVEIRA, 1999, p. 297-298)

¹¹ Há vertentes da semântica que de alguma forma incorporam o falante e seus posicionamentos discursivos na análise. Neste texto, a referência a estudos semânticos será feita considerando apenas uma semântica de base formal, salvo casos específicos em que se apresenta uma especificação.

¹² “Se existe algum consenso entre os pragmaticistas é o de que a pragmática é uma área de estudos de limites indefinidos. Pragmaticistas tão díspares como Marcelo Dascal e Kanavillil Rajagopalan afirmam sobre esse assunto coisas bem parecidas. [...] Rajan atribui essa indefinição quanto aos limites da pragmática à ‘confusão que paira sobre a questão da delimitação das subáreas dentro da linguística’ [...]. Em outras palavras, para Rajan a falta de consenso sobre os limites da pragmática não é um ‘caso especial’, mas uma situação frequente no contexto da ciência da linguagem. Rajan pode ter razão: os limites entre as áreas nem sempre são claros para todos.” (BORGES Neto, 2012, disponível em http://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/pragmatica)

¹³ A pragmática em suas argumentações considera a cooperação e o engajamento do falante na troca comunicativa e na consequente produção de sentidos. Já a semântica trata como válidos em sua análise o conceito de proposição, as condições de verdade e o sentido denotativo, desconsiderando qualquer abordagem externa do papel e intenção do falante como válida para a explicação linguística. As relações com a filosofia estão presentes nos dois domínios. Para a semântica, o diálogo se estabelece com a filosofia da linguagem que se fundamenta na lógica. Para a pragmática, o diálogo é com a filosofia da mente e a filosofia da ação linguística (cf. PIRES DE OLIVEIRA; BASSO, 2007).

Em outra dimensão, é possível falar de uma relação de dependência entre os campos: a pragmática levaria em consideração um significado semântico denotativo a partir do qual se estabelecem raciocínios inferenciais. De maneira equivalente, a semântica não se bastaria a si mesma, pois uma relação de referência também é importante para a definição de significados de uma proposição. Desse modo, semântica e pragmática seriam interdependentes uma da outra¹⁴.

Essa discussão encontrou, seguindo interpretações de Altman (1998), como um de seus espaços preferenciais de manifestação, na linguística brasileira, aquele ocupado pelo grupo de linguistas que atuava, nos anos 1970 e 1980, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (que daria origem, em meio a desdobramentos de suas áreas, entre outros centros, ao Instituto de Estudos da Linguagem) da Universidade Estadual de Campinas, instituição criada em torno do propósito da inovação e da experimentação em termos de departamentos universitários tal como entendidos tradicionalmente em ciências humanas e letras.

Naquele contexto e naquela época foi promovido um diálogo entre linguistas e filósofos, consequência das relações acadêmicas entre um centro de estudos da linguagem e um centro de filosofia. Essa relação entre comunidades de pesquisa diferentes do modelo de divisão tradicional em letras (no qual linguística está vinculada a centros de literatura, línguas e estudos clássicos) possibilitou encontros entre linguistas e filósofos que refletiram e discutiram em conjunto questões sobre o significado na linguagem, colocando em debate limites e extensões dos campos semântico e pragmático para o estudo da significação linguística¹⁵.

Foi nesse espaço acadêmico de discussões sobre o significado linguístico, permeadas por relações com diferentes propostas da filosofia da linguagem, que dois professores da Universidade Estadual de Campinas – Ilari e Rajagopalan – estabeleceram um debate em torno da validade (ou não) da utilização de argumentos de natureza pragmática para a análise do significado linguístico.

¹⁴ “A conclusão parecer ser que, diferentemente do que postulava Morris, os pesquisadores atuais concordam que ao menos a pragmática depende da semântica, ou seja, não é possível definir a pragmática como relação entre signos e intérpretes. A ideia de que a semântica depende da pragmática parece menos difundida, antes por uma má compreensão do contexto, porque muitos autores acabam afirmando que a semântica é dependente do contexto sem se dar conta de que sua posição é então de que ela depende da pragmática.” (PIRES DE OLIVEIRA; BASSO, 2007, p. 10)

¹⁵ Altman (1998) sustenta essas considerações por meio da análise da produção de artigos acadêmicos publicados nos *Cadernos de Estudos Linguísticos*, que nas décadas de 1970 e 1980 foi o principal veículo de divulgação das pesquisas realizadas em estudos da linguagem na Universidade Estadual de Campinas.

O debate se deu em torno de discussões sobre as chamadas construções simétricas¹⁶ e as orações equacionais¹⁷: (i) definição dessas estruturas e a constatação de que alguns casos evidenciam fenômenos de simetria imperfeita quando empregados em determinados contextos (ainda que apresentem mesmas condições de verdade); (ii) delimitação de ponto de vista teórico-metodológico para a análise dessas construções; (iii) elaboração discursiva de argumentos para justificar posicionamentos teóricos adotados; (iv) definição de limites entre semântica na vertente formal e modos de análise que incorporam elementos do processo de comunicação como parte do instrumental explicativo.

O fenômeno gramatical destacado no debate colocava em jogo que tipo de elementos deveriam ser articulados para explicar a falta de simetria apontada: uma análise imanente semântica ou uma análise que incorporasse dados extralinguísticos, de natureza pragmática ou enunciativa.

Rodolfo Ilari argumentou no debate a favor de uma análise de natureza imanente semântica¹⁸ (no sentido de que para ele há questões do significado que devem ser analisadas semanticamente antes que se procure por explicações pragmáticas ou enunciativas¹⁹), enquanto Kanavillil Rajagopalan, apoiando-se na natureza da negação linguística, argumentou a favor de uma abordagem pragmática, em torno de atos de fala (como a denegação) e posicionamentos enunciativos assumidos (e reconhecidos) pelos

¹⁶ Construções simétricas como as apontadas por Ilari no artigo de 1983 (republicado em 1987): “Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo”/ “Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu”. Essas construções possuem mesma condição de verdade, mas não podem ser consideradas como sinônimas em todas as suas condições de emprego (a presença do advérbio de negação na segunda estrutura evidencia esse aspecto). Esse fenômeno linguístico motiva a análise inicial de Ilari, inaugurando aquele que viria a ser um debate entre semântica e pragmática, materializado nos textos de Ilari e Rajagopalan.

¹⁷ Orações equacionais como as apontadas por Ilari no artigo de 1983 (republicado em 1987) são orações que empregam o verbo *ser* em relação de igualdade expressa na estrutura sintática. O exemplo dado para esse tipo de construção é “Jeremias é o ídolo das meninas da graduação”/ “O ídolo das meninas da graduação é o Jeremias”/ “Esse vizinho tem sido um pai para Jeremias”/ “Um pai para o Jeremias tem sido esse vizinho”(?). Construções como essas podem também evidenciar casos de imperfeita simetria na visão de Ilari.

¹⁸ “A semântica passou a definir seu programa como o estudo das ‘condições de verdade’ dos enunciados das línguas naturais, influenciadas pelas ideias que o lógico e matemático polonês Alfred Tarski lançou, na década de [19]40, sobre a interpretação dos enunciados da matemática.” (ILARI, 2000, p. 115)

¹⁹ Em um texto de 2000, treze anos após o debate, Ilari iria explicitar a posição que assumiu no final da década de 1980: “A posição que assim adoto contraria uma tendência, que já foi majoritária na linguística brasileira dos últimos 30 anos, e que consistiu em buscar uma explicação pragmática para muitos fatos de linguagem dignos de nota, sem avaliar previamente as possibilidades de uma boa explicação semântica; sugiro que essa tendência resultava de uma certa desinformação a respeito dos avanços da semântica e contribuiu fortemente para que os estudos da significação, neste país, continuassem a ser praticados de forma intuitiva, informal e pouco explícita. Defendo que minha posição tem vantagens em relação à tendência dominante, a primeira das quais é a de valorizar a análise pragmática, mostrando que, em certos casos, ela é efetivamente indispensável, e que, nesses casos, ela se faz como uma prática de abdução (a tendência oposta banalizava a pragmática dando a entender que ‘tudo é pragmático’)” (ILARI, 2000, p. 110-111).

falantes nas trocas comunicativas. Rajagopalan estabelecia, assim, um espaço que julgava mais do que legítimo para os estudos da significação²⁰.

Em termos de uma análise pelo quadro sociorretórico tal como formulado na seção anterior²¹, o posicionamento de Ilari em 1983 se dava em direção a um auditório (ou a seus destinatários) heterogêneo, pois a retórica de Ilari parecia contemplar tanto leitores conhecedores da semântica argumentativa quanto leitores adeptos de uma semântica de vertente formal, sem deixar de considerar toda a possível pluralidade de outros destinatários que constituíam o público leitor dos periódicos especializados na divulgação de estudos linguísticos.

Ilari em 1983 investiu seu texto de um tom acadêmico sóbrio (sem os excessos dos ataques frontais de muitas das retóricas de oposição e ruptura), mesmo sendo específico na sua reivindicação (e, portanto, em seu processo de legitimação de um modo de análise perante um grupo de especialidade constituído por semanticistas) da validade e do alcance explicativo de análises imanentes (ao nível proposicional) para questões relacionadas ao significado linguístico.

Ao considerar modos de circulação da retórica presente no texto de Ilari em 1983 não se pode deixar de mencionar que a década de 1980 no Brasil foi marcada, em grande parte, pelos estudos linguísticos que incorporavam em suas análises o sujeito da linguagem. Desse modo, ancorado na sutileza do simulacro da objetividade do discurso científico, Ilari fez sua defesa do programa de uma semântica de vertente formal em oposição a uma semântica argumentativa, que incorporava elementos ausentes de uma análise mais sistemática ou imanente.

Ilari se colocou em 1983, diante do fenômeno da imperfeição de sinonímia e simetria nas construções e orações selecionadas para análise, em um ponto de vista de oposição em relação aos procedimentos analíticos adotados pela semântica argumentativa. A oposição se deu entre uma semântica formal e uma semântica argumentativa na linha dos estudos de Oswald Ducrot, representada no Brasil pelos

²⁰ Em um texto de 1999, doze anos após o debate, Rajagopalan manteria a defesa do espaço científico da pragmática: “[...] podemos dizer com segurança que a pragmática já se encontra numa fase bastante amadurecida. A indefinição quanto às suas linhas de fronteira não pode ser atribuída à falta de consolidação da área nos meios acadêmicos. Ao que parece, a indefinição é algo típico da própria natureza dessa subárea da linguística” (RAJAGOPALAN, 1999, p. 328).

²¹ Este artigo não explora todas as possibilidades analíticas propostas na configuração metodológica de um quadro sociorretórico de análise em Historiografia da Linguística devido ao limite de páginas possível para esta publicação. A análise que se apresenta aqui é limitada e incompleta diante de todas as questões que suscita. Novos estudos de maior fôlego devem ampliar interpretações que neste texto são apenas delineadas de modo introdutório.

trabalhos (entre outros), nas décadas de 1970-1980, de Carlos Vogt²². Observe-se abaixo a posição de Ilari:

Nesta comunicação pretendo apresentar dois outros casos de sinonímia fracassada: o sentido geral de minha exposição corre, portanto, paralelo ao exemplo de Vogt. Penso porém que convém deixar claro desde o início que a explicação não parece ser a mesma. (ILARI, 1987[1983], p. 51)

A construção das análises em Ilari, o emprego de uma linguagem de natureza formal (herdada da lógica) e os modos de elaborar as explicações permitem circunscrever o semanticista na comunidade de pesquisadores da semântica formal, sem contar o fato de que uma delimitação de ordem mais explícita por parte de Ilari seria talvez desnecessária no contexto brasileiro da época, pois sua atuação como linguista, já reconhecida acadêmica e institucionalmente, de imediato o inseria no grupo de especialidade dos semanticistas formais. Ilari colocava-se em vias diametralmente opostas às que as análises da semântica argumentativa propunham.

Entretanto a saída proposta por Vogt – invocar diferenças nas condições de uso [para a explicação da falta de simetria em construções similares às selecionadas para a análise de Ilari em 1983] – não resolve nossos problemas aqui: os fatos que aponte têm uma natureza evidentemente sistemática, semântica, e nosso problema é de formular a relação entre os empregos mais correntes de certas palavras ou construções – para os quais dispomos de uma descrição satisfatória – e certos empregos menos usuais. (ILARI, 1987[1983], p. 64)

O lugar de qualidade a ser negado, no sentido retórico de um posicionamento que se considera como o mais válido e adequado dentre outros, era o da semântica argumentativa. O método analítico empregado por uma semântica argumentativa (representada pelos textos citados de Vogt) é desqualificado em sua validade, pois Ilari indica problemas que não poderiam ser solucionados a partir da perspectiva teórica da semântica argumentativa. A via de solução estava exatamente em uma descrição de natureza imanente – “*evidentemente sistemática*” –, capaz de resolver os impasses analíticos indicados.

A retórica de oposição a uma semântica na linha de Ducrot não se deu, no posicionamento argumentativo de Ilari, por meio do uso de argumentos *ad hominem*, pois em nenhum momento se construiu uma figura pessoal a ser atacada na veia da polêmica

²² Ilari menciona em seu texto os seguintes trabalhos de Vogt: *O intervalo semântico* (1977); *Linguagem, pragmática e ideologia* (1980).

e do confronto. A discussão se colocou, de modo até polido, em termos de possibilidade explicativa de teorias. É um quadro teórico que se questiona, e não um linguista em particular. No entanto, é claro que estava incorporado à oposição que se estabelecia na retórica todo o grupo de especialidade que atuava em semântica argumentativa.

Num jogo entre o dito e o não dito (a desqualificação dos alcances explicativos da semântica argumentativa se dava em Ilari na linha de pressupostos do tipo: se a descrição sistemática é satisfatória, entende-se, portanto, que a outra explicação não sistemática não é satisfatória) é que estavam a oposição e a ruptura de caminhos explicativos para questões do significado.

Dois espaços, em termos de delimitação teórico-metodológica, de atuação científica eram configurados na retórica de Ilari: *nós* (os semanticistas de vertente formal ou mais sistemática, como assim define Ilari) e *eles* (os linguistas que atuavam na linha da semântica argumentativa). Esse posicionamento de oposição foi reforçado, por exemplo, no uso de um advérbio (no trecho citado) como “*evidentemente*”: a natureza sistemática dos fatos analisados é inegável na visão do semanticista e qualquer outra consideração diversa pode ser vista como falha, já que não reconhece essa evidência já dada como certa e indiscutível. A expressão “*descrição satisfatória*” associada ao verbo que denota a posição adequada assumida por uma semântica “*sistemática*” (“*dispomos*”) reitera o lugar de qualidade que Ilari atribui ao ponto de vista semântico que defende em seu texto.

Quatro anos depois, uma resposta ao posicionamento de Ilari se fez presente nas páginas dos *Cadernos de Estudos Linguísticos*. No entanto, não uma réplica por parte de semanticistas da vertente argumentativa (forma de análise negada como válida na retórica de Ilari em 1983). Instaurando o debate, um posicionamento em oposição à explicação proposta por Ilari para as construções simétricas e orações equacionais surgiu nos argumentos de um pragmaticista, Kanavillil Rajagopalan.

A retórica da réplica de Rajagopalan adotou uma estratégia discursiva que transitava entre a polidez no tratamento ao texto de Ilari (1983) – presente na reiteração da posição de que o conhecimento científico avança quando há debates de ideias – e a negação da argumentação construída na perspectiva semântica. Não foi negado, na retórica, reconhecimento científico a Ilari, expresso por meio de adjetivos que elaboravam para o semanticista um ethos de pesquisador reconhecido e competente no panorama da linguística brasileira.

Uma estratégia discursiva de Rajagopalan que distanciava sua réplica de um ataque frontal a um pesquisador apenas, o que poderia se dar pelo uso de argumentos do tipo *ad hominem*.

O que o pragmaticista parecia ter em mente era em essência o debate científico, organizado principalmente no interesse em defender a validade da prática científica de uma pragmática integrada, estabelecendo, desse modo, limites para uma explicação semântica tal como formulada por Ilari (1983).

Num artigo extremamente fascinante intitulado ‘Dos problemas de imperfeita simetria’, Ilari (1983) apresenta o seguinte quebra-cabeça lógico-linguístico achado por acaso durante uma conversa informal: ao fazer a observação (1A) a um certo Dr. C.S., veio a resposta (1B):

(1) A. Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo

B. Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu

O que torna o diálogo acima linguisticamente interessante (e desencadeou uma série de reflexões analíticas e teóricas por parte de Ilari) é que, do ponto de vista lógico, a resposta (1B) parece, pelo menos em um primeiro momento, tão estranha quanto (2b), de minha invenção, enquanto resposta a (2a)

(2) a. ‘2+3’ é 5

b. Não, mas ‘3+2’ é (RAJAGOPALAN, 1987, p. 67)

O objetivo principal deste trabalho é prover uma explicação para (1), explicação essa que me parece intuitivamente satisfatória e, o que é mais interessante ainda, perfeitamente sustentável dentro do quadro geral teórico e analítico sobre linguagem acumulado até o presente momento. [...]

Evidentemente qualquer polêmica a nível teórico como essa, remete, em última análise, a uma questão de postura teórica que, por sua vez, envolve considerações sobre a própria concepção de linguagem (como representação, ação e assim por diante) e também da predileção metateórica (por exemplo, qual o papel do componente semântico numa teoria global sobre a linguagem). (RAJAGOPALAN, 1987, p. 69)

Em Rajagopalan (1987), a negação da validade dos argumentos utilizados por Ilari (1983) se deu pela desvalorização da natureza teórica estabelecida no texto do semanticista: “*Há um pequeno equívoco nessa observação de Ilari que precisa ser desfeito [...]*” (RAJAGOPALAN, 1987, p. 67); “*Ilari utiliza um argumento cuja validade, porém, me parece extremamente duvidosa.*” (RAJAGOPALAN, 1987, p. 82); “*Para demonstrar a inviabilidade do argumento de Ilari, veremos o seguinte argumento construído nos mesmos moldes [...]*” (RAJAGOPALAN, 1987, p. 82). Entre o dito e o não dito, havia mais uma vez o uso do lugar retórico da qualidade para diferenciar positivamente um programa de investigação (o da pragmática) em detrimento de outro (o

da semântica de vertente formal). Dois espaços de prática científica se delimitavam e se opunham: semântica vs. pragmática.

No entanto, a astúcia argumentativa de Rajagopalan não deixava de colocar o linguista Ilari em espaço de representação científica legitimado e reconhecido. Se o campo da semântica estava diante de refutações, essas não desconsideravam a respeitabilidade do semanticista e colega de universidade.

A retórica de Rajagopalan, desse modo, se mostrava atenta ao auditório heterogêneo que tinha diante de si, ao escrever não apenas para pragmaticistas. Ao contemplar a legitimação científica do posicionamento de Ilari (1983), Rajagopalan dotava sua retórica do tom de troca de ideias científicas que tanto delineou em seu texto.

Não pretendo discutir um por um os diversos caminhos linguísticos que Ilari nos aponta, antes de chegar à conclusão de que nenhum deles nos conduz para fora do labirinto lógico. Isso porque, nestas discussões se evidenciam um claro domínio dos recursos analíticos e uma alta sensibilidade aos dados que sempre sobressaem nos trabalhos de Ilari, qualidades essas que deixam pouco espaço para contestação. A tese alternativa que pretendo prover a seguir será no sentido de demonstrar que a forma de identificação do problema nos termos em que Ilari a faz impossibilitou o que no meu entender é a única explicação, e que, no momento que o problema for encarado com uma ótica diferente, abrir-se-á o caminho para essa explicação. (RAJAGOPALAN, 1987, p. 70)

Em posição de ruptura com uma forma de interpretar fenômenos linguísticos, a réplica de Rajagopalan procurou seguir uma postura que realçava, em toda a dimensão do seu texto, o posicionamento de que o pragmaticista queria a discussão intelectual, e não a ruptura ancorada em outros fatores que não aqueles exclusivamente do âmbito científico.

Tal exame [de questões teóricas e metateóricas] deverá propiciar mais discussão e polêmica que só nos ajudarão a rever as nossas posições com crescente nitidez e clareza, ou seja, manter-nos como apaixonados inveterados do estudo da linguagem. Sempre achei que o dia em que todos os linguistas começarem a pensar do mesmo jeito, será o fim da nossa querida vocação. (RAJAGOPALAN, 1987, p. 69)

Entre a semântica e a pragmática, Rajagopalan fez de seu texto de 1987 uma defesa dos estudos pragmáticos, que seriam capazes de chegar a soluções mais satisfatórias do que as oferecidas pela semântica, que não seria capaz, assim se coloca a retórica de Rajagopalan, de dar conta sozinha da complexidade de muitos dos fenômenos do significado das línguas naturais: “*a proposta de uma solução dentro da abordagem teórica chamada ‘Pragmática Radical’*” (RAJAGOPALAN, 1987, p. 68)

No mesmo ano de 1987 (e no mesmo volume de *Cadernos de Estudos Linguísticos* em que a réplica de Rajagopalan foi publicada), uma tréplica de Ilari chegaria para reafirmar o ponto de vista do semanticista. Um espaço para a semântica como forma de explicação de fenômenos linguísticos era novamente reivindicado.

Adotando estratégia discursiva semelhante à de Rajagopalan no uso de marcadores de polidez, Ilari elaborou na sua retórica um lugar de qualidade para o pragmaticista.

Observe-se nesse sentido a descrição do artigo de Rajagopalan como “*uma longa reflexão*” e “*argumentação alentada*”, o que no não dito implica a consideração de que a réplica foi fruto de uma elaboração intelectual digna de consideração científica. Também a denominação de *professor*, insistentemente reiterada por Ilari, conferia ao pragmaticista uma imagem de respeitabilidade. Nesse recurso discursivo, o ethos de Rajagopalan era construído como o de um cientista à altura do debate, no mesmo compasso em que Ilari também elaborava seu ethos de um cientista pronto para as discussões que envolviam as práticas da ciência da linguagem.

Mesmo atribuindo valor intelectual aos posicionamentos de Rajagopalan, Ilari manifestou sua retórica de oposição ao também estabelecer dois espaços antagônicos para modos de explicação de fenômenos linguísticos. O semanticista se colocou em uma posição quase obrigatória de resposta diante das refutações presentes em Kanavillil (1987), já que estas refutações foram caracterizadas como apresentando “*um forte sentido de crítica*”.

Na retórica de Ilari, é possível perceber o recurso argumentativo de se colocar em uma posição que, por ela mesma, validava uma resposta, pois foi destacado que Kanavillil viu no texto de 1983 tanto ausência de percepção analítica quanto até falta de “*perspicácia*” na adoção de uma perspectiva semântica de explicação de fenômenos linguísticos. Nesse posicionamento retórico, Ilari automaticamente legitimava sua tréplica como necessária diante das oposições de que tinha sido alvo. O ethos do atacado é, mesmo que não intencionalmente, elaborado no discurso, permitindo, desse modo, a configuração do debate e da oposição.

Uma linha tênue entre polidez e recusa da validade do posicionamento do outro é delineada nos dizeres do semanticista (na dinâmica de negação de um lugar de qualidade para o que assume discursivamente o pragmaticista), no sentido de que se procurou descaracterizar a validade de posicionamentos de Rajagopalan em 1987 e a construção argumentativa de uma explicação pragmática para as construções gramaticais destacadas

no debate. Foi apontada por Ilari falta de evidências linguísticas para argumentos adotados por Rajagopalan. Além disso, o semanticista também indicou haver descompasso entre a explicação teórica adotada e os casos linguísticos motivadores da análise.

Mesmo com essa retórica de oposição estabelecida, Ilari na conclusão de seu texto não deixou de se apropriar novamente de estratégias de polidez, ao indicar a validade da réplica de Rajagopalan para a reelaboração dos argumentos semânticos que utilizou em 1983.

Meu texto estimulou uma longa reflexão por parte do Prof. Kanavillil Rajagopalan, que ele respondeu com “Quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural”. O texto do Prof. Rajan propõe-se como problema o mesmo diálogo (1)²³: adotando um enfoque teórico parcialmente diferente, constrói uma solução que se apoia numa argumentação alentada. Como, no texto anterior [Ilari refere-se ao texto de 1983], eu não tinha propriamente defendido nenhuma proposta, o sentido geral do dele não é de refutação; mas seu texto tem um forte sentido de crítica, quando afirma que existiam soluções e que eu as deixei escapar, e quando atribui essa falta de perspicácia ao fato de que utilizo uma concepção excessivamente estreita de linguagem. (ILARI, 1987, p. 97-98)

Para que essas afirmações [assumidas na análise de Rajagopalan em 1987] pudessem ser de todo convincentes, precisariam estribar-se em evidências colhidas alhures. Há uma reflexão nesse sentido, mas seus resultados me parecem magros. O Prof. Rajan faz um grande esforço para mostrar que, ao interpretar qualquer enunciado, podemos optar por uma clave dinâmica, representando as situações como algo que evolui e nas quais os participantes são mais ou menos ativos, ou na clave estática, na qual atentamos apenas para os resultados da ação. Acho esse esforço meritório, e aceito como válido o seu principal resultado, mas não entendo o que tem a ver com a oposição fundo/figura e com os diferentes mapeamentos que se podem fazer do fundo e da figura com os conteúdos dos enunciados. Salvo engano, o Prof. Rajan se deixou fascinar pelas múltiplas aplicações a que se presta a noção de dinamismo, e a aplicou em dois níveis (meta)linguísticos distintos. (ILARI, 1987, p. 100)

É nessa direção em que eu buscava explicações para o diálogo (1), depois de reexaminá-lo à luz das noções de denegação e justificativa (retificação) que constam da proposta do Prof. Rajan. O enfoque que estou propondo é parcialmente diferente daquele que apontei no artigo de [19]83 ao dizer:

“materiais linguísticos com uma interpretação definida incorporam novos matizes de significação quando os marcamos formalmente para isso”

essa frase precisa ser reformulada como segue:

²³ Ilari se refere ao diálogo que motivou a análise em 1983: “Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo”/ “Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu”.

“matizes de significação que fazem parte da interpretação regularmente associada a determinados materiais linguísticos como mostra uma análise semântica mais acurada, e que se neutralizam na maioria dos contextos, desempenham um papel central na interpretação, em determinadas condições a precisar”.

Da formulação de [19]83 a atual há um passo que foi dado na direção oposta a que o Prof. Rajan indicava como sendo o bom caminho. Devo agradecer a ele o interesse com que leu meu texto e seu questionamento minucioso e exigente, que me obrigou a tornar minha posição mais clara. (ILARI, 1987, p. 103)

Ilari e Rajagopalan utilizaram no debate uma retórica de configuração complexa, entre a polidez e a recusa da validade para argumentos sustentados pelos dois lados. Essa complexidade indicia que o debate não se deixou contaminar pelo uso de estratégias argumentativas que apelariam para a desconstrução da imagem pessoal do oponente. Tudo leva a crer que o mesmo vínculo institucional (a Unicamp) e a prática do debate em termos de estudos da linguagem no círculo social e acadêmico do qual os dois linguistas faziam parte contribuíram para que as rupturas teóricas fossem expressas de modo mais sutil.

No substrato da discussão sobre as construções simétricas e as orações equacionais, estava a delimitação de grupos de especialidade e de seus respectivos programas de investigação. Esse aspecto da oposição estava bastante claro na tréplica de Ilari:

Não contesto que a visão mais abrangente dos fatos da língua é pragmática, que a semântica e a sintaxe adotam perspectivas mais redutoras e que às vezes a perspectiva maior é necessária para a compreensão adequada deste ou daquele fenômeno. Também não tenho nenhum parti-pris contra os adeptos da pragmática (quando fazem análise pragmática e não simplesmente veiculação de slogans). Acho porém que os adeptos da pragmática desservem sua ciência quando lhe atribuem tudo; em outras palavras, penso que é mais útil afirmar que determinado fenômeno é pragmático significando “não há como explicá-lo nos níveis mais específicos da sintaxe e da semântica” do que significando vagamente “é um fato de língua que me intriga”. Em outras palavras, penso que as noções de semântica e sintaxe servem – ainda – para marcar limites qualitativos: os limites até onde vai uma certa metodologia, a mostrar que estamos lidando com uma certa ordem de fatos. (ILARI, 1987, p. 101)

A tréplica de Ilari, como apontamos, reafirmava a reivindicação da validade dos estudos do significado por meio da perspectiva semântica. Reafirmação mais uma vez presente em 2000 quando Ilari afirmou que *“defend[ia] que uma análise semântica é sempre o primeiro passo necessário, e que frequentemente ela basta para dar conta dos principais problemas encontrados”* (ILARI, 2000, p. 110).

Algo da repercussão desse debate se fez presente em alguns textos dos próprios Ilari e Rajagopalan, mantendo, desse modo, o confronto de ideias presente na história da linguística brasileira.

Disse Ilari em 2000:

[H]á alguns anos, o Prof. Kanavillil e eu nos envolvemos inesperadamente numa polêmica que, graças sobretudo ao bom humor e ao gosto daquele colega pelo debate, acabou sendo muito agradável para ambos, além de instrutiva. (ILARI, 2000, p. 153)

Rajagopalan afirmou em 1999:

A indefinição quanto à demarcação da linha fronteira entre os domínios da semântica e da pragmática também gerou algumas polêmicas interessantes.

.....
.....
Esses autores [em referência ao debate do final da década de 1980] deram vazão à constante preocupação no sentido de separar a semântica da pragmática, mesmo reconhecendo que os problemas se avolumavam de todos os lados. (RAJAGOPALAN, 1999, p. 327-328)

Em 2014, ainda a evidenciar a repercussão do debate na história da linguística brasileira, Rajagopalan lembrou a controvérsia nos seguintes termos:

A segunda polêmica [na qual Rajagopalan se envolveu a respeito da semântica e pragmática] envolveu três textos, todos publicados em 1987 [...] Novamente a polêmica girou em torno da questão da possibilidade ou da conveniência de fixar uma linha divisória que separasse o campo da semântica do da pragmática. Toda a discussão levou os dois lados da polêmica a uma questão bem mais geral, a saber, a de isolar um objeto do seu ambiente para, a partir daí, submetê-lo a um exame minucioso. Em outras palavras, subjacente à polêmica estava a noção de contexto – a pragmática ou a interpretação pragmática supostamente servindo de complemento para a compreensão semântica. (RAJAGOPALAN, 2014, p. 85)

Este artigo, devido a seu limite de extensão, não amplia possibilidades de análise da configuração das retóricas (consideradas apenas em alguns fragmentos dos textos publicados). No entanto, procurou-se destacar uma possibilidade de observação na história da linguística da presença de oposições teóricas e metodológicas que firmam espaços de atuação científica em um conjunto histórico e social. Apresentou-se aqui apenas o início de uma perspectiva analítica historiográfica que esse debate suscita, pois novas questões devem ser colocadas de modo interpretativo. Ressalta-se, assim, que há elementos da retórica dos dois linguistas que ainda precisam ser colocados em lupa analítica para que melhor se possa compreender de que modo esse debate se situa em

movimentos de continuidades e descontinuidades teórico-metodológicas na linguística brasileira em torno da legitimação de áreas de pesquisa que tratam da linguagem, do significado e da significação.

CONCLUSÃO

A linguística é um campo que por sua pluralidade teórica (verificada em diferentes formas de análise e diversificados programas de investigação) possibilita a formação de debates e controvérsias sobre incomensurabilidade, limites extensionais de objetos analíticos, formas de apresentação de resultados, entre outros tópicos que colocam em foco a constituição epistemológica do campo.

Essas oposições teóricas e metodológicas não se expressam apenas em textos de natureza teórica ou programática, pois muitas vezes essas oposições são (ou foram) formuladas em debates de destaque que não deixam de evidenciar a característica polêmica dos estudos linguísticos brasileiros (cf. BATISTA, 2017a; PIRES DE OLIVEIRA, 1999).

Um desses debates foi aqui brevemente analisado historiograficamente. Por meio dessa análise, além de colocar em reflexão uma controvérsia na história da linguística brasileira, procurou-se evidenciar que um quadro sociorretórico de análise em *Historiografia da Linguística* oferece um instrumental adequado para investigar em dimensão histórica retóricas adotadas por linguistas em diferentes momentos de ruptura na história dos estudos sobre a linguagem.

Ainda sobre a escolha de debates para empreender uma interpretação historiográfica da história da linguística brasileira, é importante considerar que reflexões meta-historiográficas em *Historiografia da Linguística* apontam que uma história do conhecimento sobre a linguagem não pode (ou não deveria) ser elaborada a partir da consideração apenas das fontes ditas canônicas (como livros, manuais, artigos de pesquisa). Complementares a esse conjunto de fontes (tradicionais), estariam vários outros tipos de materiais adequados para a captação da dinâmica de construção dos saberes em um eixo histórico.

Os debates, sem dúvida, estão entre essas fontes nem sempre consideradas quando se pretende reconfigurar interpretativamente uma história da linguística. No entanto, eles possibilitam que o historiógrafo mapeie a elaboração de argumentos em favor de teorias

e métodos e as controvérsias resultantes de posicionamentos científicos assumidos, que delimitam o espaço de atuação de cientistas em grupos de especialidade e comunidades de pesquisadores.

Clusters que fazem da retórica, ainda que sem intenção explícita, seu principal instrumento de validação de formas do conhecimento. Mesmo que muitos cientistas pensem o contrário, negando o inevitável caráter humano da prática científica, evidenciado pelas estratégias persuasivas que fazem parte da produção e recepção de todo tipo de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *Todas as Letras. Revista de Língua e Literatura*, n. 14, v. 1, p. 14-37, 2012.
- ALTMAN, Cristina; BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). Dossiê Historiografia da Linguística. *Todas as Letras. Revista de Língua e Literatura* n. 14, v. 1, p. 11- 120, 2012.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Retórica de ruptura e descontinuidade nas ciências da linguagem: um estudo pela historiografia da linguística. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 119-141, 2015.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A Historiografia da Linguística e a retórica dos linguistas: a força das palavras e seu valor histórico. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 18, v. 2, p. 301-317, 2016.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Forma vs. Função na história da linguística brasileira: debates e retórica de ruptura – uma interpretação pela Historiografia da Linguística. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 52, p. 9-32, 2017a.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Ideias linguísticas e sua história: modos de interpretar o conhecimento sobre a linguagem. In: VASCONCELOS, Maria L.M.C.; BATISTA, R.O.; PEREIRA, H.B. (Org.). *Estudos linguísticos: língua, história, ensino*. São Paulo: Mackenzie, 2017b. p. 175-183.
- BORGES Neto, José. De que trata a pragmática? Texto de conferência proferida no I Workshop Internacional de Pragmática, Curitiba, UFPR, 28 de agosto de 2012, http://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/pragmatica
- BORGES Neto, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- ILARI, Rodolfo. Dos problemas de imperfeita simetria. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 13, p. 49-65, 1987a.
- ILARI, Rodolfo. O que fazer quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 13, p. 97-103, 1987b.
- ILARI, Rodolfo. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. *Revista de estudos da linguagem*, Belo Horizonte, v. 9,

n. 1, p. 109-162, 2000.

KOERNER, E.F.Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Prefácio de Carlos Assunção. Seleção e Edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

MURRAY, Stephen. *Theory groups and the Study of Language in North America. A social history*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato. A semântica e a pragmática e os seus mistérios. *Revista virtual de estudos da linguagem – REVEL*, v. 5, n. 8, março de 2007.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Uma história de delimitações teóricas: trinta anos de semântica no Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 15, número especial, p. 291-321, 1999.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 13, p. 67-96, 1987.

RAJAGOPALAN, Kanavilli. Os caminhos da pragmática no Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 15, número especial, p. 323-338, 1999.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A “dadidade” dos ditos dados na/da pragmática. In: GONÇALVES, A.V.; GÓIS, M.L.S. (Org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico*. Volume 2. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 67-103.

RUBEN, Maria Vitória. Argumentação e debates linguísticos no Brasil. *DELTA*, São Paulo, n. 11, v. 1, p. 133-159, 1995.

SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografía linguística. In: ZUMBADO, C. et al. (Ed.). *Nuevas aportaciones a la historiografía linguística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna, 22 al 25 de octubre de 2003. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.

SWIGGERS, Pierre. Another Brick in the Wall: The Dynamics of the History of Linguistics. In: NOORDEGRAAF, J. et al. (Ed.). *Amicitia in Academia. Composities voor Els Elffers*. Amsterdam: Stichting Neerlandistiek; Münster: Nodus, 2006. p. 21-28.

SWIGGERS, Pierre. Linguistic historiography: a metatheoretical synopsis. *Todas as Letras. Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 73-96, 2017.

Data de recebimento: 26/07/2018

Data de aprovação: 13/08/2018